DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 29 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

CNPJ nº 09.538.688/0001-32

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais - R$)

Ativo	Nota	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.362.684	20.714.483
Recursos financeiros vinculados a projetos	5	167.101.173	108.264.473
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	1.958.134	14.158.345
Estoques	7	25.208.461	15.856.710
Créditos diversos	8	20.489.827	12.199.940
Total do ativo circulante		**235.120.279**	**171.193.951**
Ativo não circulante			
Créditos diversos	8	1.223.044	1.046.987
Depósitos judiciais		973.665	848.836
Imobilizado	10	134.661.483	76.709.546
Intangível		1.387.472	1.745.809
Direito de uso	9	28.814.002	17.484.613
Total do ativo não circulante		**167.059.663**	**97.835.791**
Total do ativo		**402.179.945**	**269.029.742**

Passivo	Nota	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	11	67.999.307	54.329.438
Arrendamento a pagar	12	8.485.435	4.016.181
Obrigações trabalhistas	13	48.106.720	31.869.719
Obrigações tributárias de terceiros	14	8.431.502	5.085.331
Receita diferida		2.951.938	2.420.419
Outras contas a pagar	16	21.729.010	5.294.163
Total do passivo circulante		**157.703.912**	**103.015.251**
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	15	7.595.430	5.427.346
Outras contas a pagar - partes relacionadas	17	11.282.603	13.411.090
Arrendamento a pagar	12	21.213.441	14.121.277
Receita diferida		1.786.488	4.977.138
Subvenções de investimentos a realizar	18	50.546.163	35.098.367
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	19	98.918.937	52.201.055
Total do passivo não circulante		**191.343.062**	**125.236.273**
Patrimônio líquido	20		
Superávits acumulados		40.778.218	16.836.778
Superávit do exercício		12.354.753	23.941.440
Total do patrimônio líquido		**53.132.971**	**40.778.218**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**402.179.945**	**269.029.742**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais - R$)

	(Déficits)/Superávits acumulados	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(6.259.128)	23.095.906	16.836.778
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	23.095.906	(23.095.906)	–
Superávit do exercício	–	23.941.440	23.941.440
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.836.778	23.941.440	40.778.218
Incorporação dos superávits acumulados	23.941.440	(23.941.440)	
Superávit do exercício	–	12.354.753	12.354.753
Saldos em 31 de dezembro de 2025	40.778.218	12.354.753	53.132.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais - R$)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - Estadual	21	924.011.559	499.400.504
Recursos dos contratos de gestão - Municipal	22	100.248.697	85.903.708
Recursos com convênio - Federal	23	34.394.181	44.493.321
Recursos dos contratos de gestão - Parceiro privado	24	25.879.451	22.586.288
Receita com doações	25	4.175.374	5.717.567
Outras receitas	26	20.801.337	22.441.931
Receita trabalho voluntário	20	136.135	129.473
Receitas com gratuidades recebidas	27	1.674.836	1.346.530
Despesas com gratuidades concedidas		**1.111.321.570**	**682.019.322**
Custos e despesas operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	28	(968.595.394)	(578.443.871)
Utilidade pública	29	(30.709.260)	(17.416.855)
Serviços profissionais	30	(65.311.470)	(36.415.024)
Depreciações/Amortização	9/10	(19.858.901)	(10.523.475)
Contingências	15	(4.415.170)	(2.694.455)
Despesas com gratuidades concedidas	27	(1.674.836)	(1.346.530)
Despesa trabalho voluntário	20	(136.135)	(129.473)
Outras despesas operacionais	31	(30.361.694)	(20.998.433)
		(1.121.062.860)	**(667.968.116)**
Superávit operacional		**(9.741.290)**	**14.051.206**
Outras despesas	32	(775.805)	(963.778)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		**(10.517.095)**	**13.087.428**
Despesas financeiras	33	(4.553.636)	(1.659.477)
Receitas financeiras	33	27.425.484	12.513.489
Resultado financeiro	33	**22.871.848**	**10.854.012**
Superávit do exercício		**12.354.753**	**23.941.440**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais - R$)

	2025	2024
Superávit do exercício	**12.354.753**	**23.941.440**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**12.354.753**	**23.941.440**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais - R$)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**12.354.753**	**23.941.440**
Ajustes por:		
Provisão para contingências	4.415.170	2.673.262
Depreciação de imobilizado	10.980.431	6.791.968
Amortização de direito de uso e intangível	8.878.470	3.731.507
Juros de arrendamento	1.143.839	430.306
Valor residual do ativo imobilizado baixado	46.299	1.999.672
Valor residual do ativo intangível baixado	102.010	82.675
Juros Incorridos	–	1.055.112
Receita de aplicações financeiras	(26.769.762)	(12.162.591)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	12.200.211	(10.977.593)
Estoques	(9.351.751)	(8.364.505)
Créditos diversos	(8.465.944)	(2.757.389)
Depósitos judiciais	(124.829)	(343.283)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	13.669.869	26.271.040
Obrigações trabalhistas	16.237.001	4.670.348
Obrigações tributárias	3.346.171	1.269.624
Outras contas a pagar	16.434.847	(564.191)
Subvenções de investimentos a realizar	15.447.796	30.652.090
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	56.597.560	29.269.582
Contingências pagas	(2.247.086)	(666.561)
Receita diferida	(2.659.131)	(2.453.998)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**122.235.924**	**94.548.515**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos financeiros vinculados a projetos	(32.066.938)	(34.582.990)
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	(9.879.678)	(5.662.625)
Adições no Intangível	(205.603)	(459.352)
Adições no imobilizado	(68.978.667)	(49.405.461)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	**(111.130.886)**	**(90.110.428)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento aporte emergencial - Partes relacionadas	(2.128.487)	–
Pagamento de arrendamento	(1.327.925)	(2.969.078)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(8.000.425)	(439.925)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	**(11.456.837)**	**(3.409.003)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(351.799)**	**1.029.083**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.714.483	19.787.588
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.362.684	20.714.483
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(351.799)**	**1.029.083**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"): O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto" ou "IRSSL") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º). Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 ("Unidades") Municipal, Estaduais e Privadas gerenciadas pelo Instituto:** ***1.2.1 Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Unidade"):*** O Hospital Municipal Infantil Menino Jesus encerrou o exercício de 2025 com déficit de R$ 2.681.577 e Patrimônio Líquido de R$ 2.030.157; o ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 5.329.628. O déficit de 2025 foi gerado essencialmente em função da necessidade de correção monetária na ordem de R$ 2,2 milhões de valor pendente no passivo referente a recursos do Programa Saúde da Família, cujos contratos se deram entre 2012 e 2016. Após alinhamentos com a SMS, em função da possível solução da questão houve a necessidade dessa apropriação. Adicionalmente, houve desconto no repasse no montante de R$ 783 mil, parcialmente compensado por redução em despesas gerais. Para o ano 2026 está previsto a continuidade de realizações de despesas não recorrentes para adequações necessárias na unidade. A administração segue a estratégia de atingimento da sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e controle do saldo de caixa. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. O Hospital Municipal Infantil Menino Jesus é certificado pela ONA, nível III, que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. ***1.2.2 Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John AlPhonse Di Dio" ("Unidade"):*** O Hospital Geral do Grajaú encerrou o exercício de 2025 com déficit de R$ 2.056.024 e Patrimônio Líquido de (R$ 6.572.850); o passivo circulante excede ao ativo circulante em R$ 5.008.592. O déficit de 2025 foi gerado essencialmente pela realização de metas acima do contratado em consultas de urgência e saídas clínicas (sem repasse adicional), pela reversão de contingências e por adicionais de despesas gerais frente ao orçado. Para o ano de 2026, está previsto reajuste de 5,48% e acréscimo de recursos destinados a custear os incrementos de produção nas metas, alinhadas à demanda pactuada com o DRS. A administração segue a estratégia de atingimento da sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação, reversão progressiva do Patrimônio Líquido negativo e controle do saldo de caixa. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. O Hospital Geral do Grajaú, é certificado pela ONA (nível III de excelência) que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. O Hospital Geral do Grajaú se tornou também o primeiro hospital público estadual da América Latina a conquistar o status de hospital digital, obtendo a certificação HIMSS Nível 6 (associação internacional que valida o uso da tecnologia da informação pelo setor de saúde). ***1.2.3 Ambulatório Médico de Especialidades "Maria Cristina Cury" - AME Interlagos ("Unidade"):*** O AME Interlagos encerrou o exercício de 2025 com superávit de R$ 786.999, revertendo o déficit registrado em 2024 R$ 83.051. Como resultado, o patrimônio líquido tornou-se positivo, atingindo R$ 609.979, após anos de situação negativa. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R$ 161.971. O histórico de patrimônio líquido negativo se originou em 2018, quando a Secretaria Estadual da Saúde implementou um corte de 50% no repasse mensal entre dezembro/18 e março/19 - impacto acumulado de aproximadamente R$ 2,6 milhões, aliado ao aumento nas exigências de cumprimento de metas. Desde então, a unidade vem adotando medidas de ajuste e controle orçamentário para restabelecer o equilíbrio financeiro e operacional. Para 2026, o AME Interlagos recebeu reajuste de 5,48% no Contrato de Gestão. O orçamento prevê a manutenção das metas assistenciais, alinhadas à demanda pactuada com o DRS e a continuidade da estratégia de sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e manutenção de saldo de caixa compatível. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. **A unidade mantém certificação ONA Nível III - Excelência, refletindo uma gestão madura, cultura de melhoria contínua e elevados padrões de segurança do paciente.** ***1.2.4 Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim ("Unidade"):*** A unidade encerrou o exercício de 2025 com superávit de R$ 238.753 e Patrimônio Líquido de R$ 186.657; o ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 324.091. O superávit de 2025 ocorreu essencialmente em função da reversão de contingências jurídicas e da não realização na totalidade de despesas prevista, como a troca de servidor - TI. Para o ano 2026 está previsto o reajuste contratual de 5,48%, no entanto ainda insuficiente para a unidade atingir o equilíbrio operacional. A administração segue na busca do atingimento da sustentabilidade, com foco em equilíbrio da operação e controle do saldo de caixa. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro obteve em 2024 a renovação do seu certificado CARF Internacional, que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. ***1.2.5 Hospital Regional de Jundiaí ("Unidade"):*** O Hospital Regional de Jundiaí encerrou o exercício de 2025 com déficit de R$ 2.520.277 e Patrimônio Líquido negativo de R$ 3.723.225; o passivo circulante excede ao ativo circulante em R$ 3.782.150. O déficit de 2025 foi gerado em função da necessidade de realização de despesas não previstas em orçamento, com destaque para a necessidade de substituição do tubo do tomógrafo, adequações em despesas com pessoal, reajustes em serviços assistenciais e reclassificação de contingências jurídicas. Para o ano de 2026 está previsto reajuste de 5,48%, mais acréscimo de recursos para suportar o aumento da produção cirúrgica, totalizando incremento de 200 cirurgias mensais, em procedimentos de baixa e média complexidade, pactuado com a SES, com início em novembro/2025 e consolidação durante o ano de 2026. A administração segue a estratégia de atingimento da sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação, reversão progressiva do Patrimônio Líquido negativo e controle do saldo de caixa. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. O Hospital Regional de Jundiaí, é certificado pela ONA (nível III de excelência) que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. ***1.2.6 Ambulatório Médico de Especialidades "Dona Maria Lopes" - AME Jundiaí ("Unidade"):*** A unidade encerrou o exercício de 2025 com déficit de R$ 728.142 e Patrimônio Líquido de R$ 517.782; o ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 283.394. O déficit realizado já era previsto e reflete as projeções de adequações na operação além de outras despesas não recorrentes, utilizando-se do saldo de caixa disponível. Para 2026, o AMEJ recebeu reajuste de 5,48% e acréscimo de R$ 279 mil referente à diferença de repasse do ano de 2025. O orçamento prevê a readequação de algumas metas assistenciais, alinhadas à demanda pactuada com o DRS e a continuidade da estratégia de sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e manutenção de saldo de caixa compatível. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. A unidade mantém certificação ONA (Nível I de excelência), buscando refletir maturidade na gestão, cultura de melhoria contínua e padrões de segurança do paciente. ***1.2.7 Núcleo de Saúde Fundação Lia Maria de Aguiar - FLMA ("Unidade"):*** A unidade encerrou o exercício de 2025 com déficit de R$ 1.008.684 e Patrimônio Líquido de R$ 2.534.655; o ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 1.297.022. O déficit de 2025 reflete essencialmente acordo realizado com a financiadora, para absorver as adequações na operação e outras despesas não recorrentes, utilizando-se do saldo de caixa disponível. O orçamento de 2026 está em fase de aprovação pela financiadora. A administração mantém a premissa de sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e manutenção de saldo de caixa compatível. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. A unidade mantém certificação ONA (Nível I de excelência), buscando refletir maturidade na gestão, cultura de melhoria contínua e padrões de segurança do paciente. ***1.2.8 Atendimento Multiassistencial - AMAS ("Unidade"):*** A Unidade encerrou o exercício de 2025 com superávit de R$ 43.759 e Patrimônio Líquido de R$ 45.978; o passivo circulante excede ao ativo circulante em R$ 201.829. No ano de 2025 a unidade manteve o equilíbrio da operação com as metas realizadas dentro do pactuado com a financiadora. Para 2026, o AMAS recebeu reajuste de 5,0% no custeio com previsão de manutenção das metas assistenciais e sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e manutenção de saldo de caixa compatível. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. A unidade mantém certificação ONA (Nível I de excelência), buscando refletir maturidade na gestão, cultura de melhoria contínua e padrões de segurança do paciente.***1.2.9 Hospital Regional de Registro - HRR ("Unidade"):*** O Hospital Regional de Registro encerrou o exercício de 2025 com déficit de R$ 12.139.292 e Patrimônio Líquido de R$ 2.203.474; o ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 2.975.186. O déficit de 2025 foi gerado essencialmente em função da realização de despesas não recorrentes como manutenção corretiva do tubo da hemodinâmica, extração de efluentes, revitalização do centro cirúrgico, manutenção corretiva do chiller de refrigeração. Além disso, ocorreu o remanejamento da demanda de outro serviço da rede para o Hospital Regional de Registro (especialmente na linha de ortopedia de baixa complexidade) e o ajuste de escopo das especialidades médicas e assistenciais para atendimento da linha AVC. Para o ano 2026 está previsto o reajuste contratual de 5,48%, e valores adicionais para manutenção do custeio da linha de cuidado do AVC. A administração segue a estratégia de atingimento da sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e controle do saldo de caixa. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. O Hospital Regional de Registro, é certificado pela ONA (Nível I de excelência), buscando refletir maturidade na gestão, cultura de melhoria contínua e padrões de segurança do paciente. ***1.2.10 Hospital Geral de Taipas - HGT ("Unidade"):*** O Hospital Geral de Taipas encerrou o exercício de 2025 com déficit de R$ 1.098.058 e Patrimônio Líquido de R$ 4.618.846; o ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 4.873.747. O déficit de 2025 foi gerado essencialmente em função da necessidade de adequações físicas indispensáveis, como expansão e adequação de leitos, modernização de ambientes, adequações de segurança elétrica e climatização, além de infraestrutura para melhoria em sistemas e posterior implantação do ERP, - despesas não recorrentes necessárias para o bom andamento das operações. Para o ano de 2026 está previsto o reajuste de 5,48% e valores adicionais para recomposição de colaboradores com a saída de servidores. A unidade mantém a proposta de alocação de recursos em adequações (despesas não recorrentes) visando melhoria estrutural e operacional da unidade. A administração segue a estratégia de atingimento da sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e controle do saldo de caixa. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. O Hospital Geral de Vila Penteado encerrou o exercício de 2025 com déficit de R$ 4.488.683 e Patrimônio Líquido de R$ 4.509.025; o ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 4.180.653. O déficit de 2025 foi gerado essencialmente em função do aumento da demanda assistencial excedente no Pronto-Socorro, que exigiu reforço nas contratações para manutenção do atendimento. Adicionalmente, houve impacto financeiro decorrente da necessidade de adequações no SND, no Pronto-Socorro e em infraestrutura para suportar a implantação de sistemas - despesas não recorrentes necessárias para o bom andamento das operações. Para o ano de 2026 está previsto o reajuste de 5,48%, mais valores adicionais para incremento de produção no PS e recomposição de colaboradores com a saída de servidores. A unidade mantém a proposta de alocação de recursos em adequações (despesas não recorrentes) visando melhoria estrutural e operacional da unidade. A administração segue a estratégia de atingimento da sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e controle do saldo de caixa. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. ***1.2.12 Hospital Regional Rota dos Bandeirantes - HRRB ("Unidade"):*** O Hospital Regional Rota dos Bandeirantes encerrou o exercício de 2025 com superávit de R$ 32.665.248 e Patrimônio Líquido de R$ 38.154.025; o ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 51.985.752. Para o ano 2026 não há previsão de reajuste contratual e, com a evolução e atingimento da capacidade operacional, estima-se projeção de déficit para o período, com possível redução do saldo de caixa. A administração segue a estratégia de atingimento da sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e controle do saldo de caixa. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. ***1.2.13 Unidade Central de Regulação Obstétrica e Neonatal "CRON":*** A unidade encerrou o exercício de 2025 com superávit de R$ 60.049 e Patrimônio Líquido de R$ 60.049. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 60.049. O início das atividades dessa unidade, sob gestão do IRSSL, se deu em setembro de 2025, com orçamento aprovado para o período de 12 meses. Em 2026 a unidade seguirá com o aprimoramento dos processos e do modelo de gestão do IRSSL, com revisão orçamentária prevista para a partir de setembro. A administração mantém a premissa de sustentabilidade econômico-financeira, com foco em equilíbrio da operação e manutenção de saldo de caixa compatível. **1.3 Plano da Administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2025 com superávit de R$ 12.354.753. O patrimônio líquido atingiu R$ 53.132.971. O ativo circulante excede o passivo circulante em R$ 77.416.366. No ano de 2025 algumas unidades incorreram com resultado operacional negativo em função da realização de despesas não recorrentes por adequações estruturais ou para atender demandas assistenciais, pactuadas com órgãos fiscalizadores e com as Secretarias, utilizando-se de recursos excedentes de caixa. O superávit atingido no ano reflete essencialmente a geração de resultado financeiro impulsionado pela postergação de gastos sobretudo nas 3 novas

continua →

Prodesp

Este documento pode ser verificado pelo código **2026.04.28.4.1.1536.277.1805233** em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

ICP Brasil

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 29 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

continuação

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

unidades incorporadas no final de 2024 (Hospital Regional Rota dos Bandeirantes, Hospital Geral de Taipas e Hospital Geral de Vila Penteado), cujo ano de 2025 serviu para maturação das operações com adaptações para atingimento de produção e de metas contratualizadas. Para o ano de 2026, as projeções consideraram reajustes acordados para operação das atividades no decorrer do período. A administração segue a estratégia de manutenção da sustentabilidade econômico-financeira nas unidades, com foco em equilíbrio das operações e reversão progressiva do Patrimônio Líquido negativo nas unidades que ainda se encontram nessa condição, além do controle efetivo do saldo de caixa em todas as unidades. Está previsto o processo de forecast quadrimestral, com reavaliação sistemática de despesas e ajustes necessários. O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês tem por objetivo expandir suas atividades abrindo novas frentes estratégicas no mercado, tanto no âmbito público (com a participação em chamamentos junto à SES e a SMS) quanto no âmbito privado, com abertura de novos negócios sempre dentro das diretrizes e premissas estratégias estabelecidas pela Direção Executiva e Conselho de Administração.**1.4 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. Para melhor comparabilidade, algumas rubricas e notas explicativas foram reclassificadas, sem alterar o resultado da Entidade e/ou a posição patrimonial. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 26 de março de 2026. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Determinação da vida útil do ativo imobilizado; e Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 1. O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 34 - Instrumentos financeiros. **d. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as políticas contábeis descritas a seguir. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento. Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. **b. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão. Dessa forma o Instituto apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa somente os recursos não vinculados a projetos. **c. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Periodicamente o estoque é reavaliado e se necessário, provisionado a resultado, itens identificados como obsoletos ou vencidos. Em 2025 e 2024 não foram identificados itens elegíveis à provisão. **d. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido a depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. ***Custos subsequentes:*** Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Depreciação e amortização:*** A depreciação e amortização é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação e amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

	Anos
Obras preliminares e complementares - Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos Médicos	10
Máquinas e Equipamentos em Geral	10
Veículo	5
Software e hardware	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **f. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **h. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **i. Subvenções governamentais:** Os recursos provenientes de subvenções e dos contratos de gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e Secretaria Municipal da Saúde, são registrados em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, na seguinte forma: **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. **Subvenção para investimentos -** relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Receitas de Parceria Privada:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Unidade, mensurados inicialmente pelo preço da transação, que não contêm componentes de financiamento significativo, e, portanto, sem ajustes a valor presente relevantes. **k. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores prefixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Apuração do resultado do exercício:** Em atendimento ao disposto no item 08 da ITG 2002 (R1), informamos que as receitas e as despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da Competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelo ente público e financiadores privados geralmente no início do mês à competência. **m. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Instituto registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência apesar de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras. O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. (Alterado pela ITG 2002 (R1)). **n. Instrumentos financeiros:** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(i) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao (VJR). Nos exercícios de 2025 e 2024 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. *Custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(ii) Desreconhecimento:*** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iii) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **o. Arrendamentos:** O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2025, possuímos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo do Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, para um novo contrato firmado exercício passado. **p. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** Não foram identificadas alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025 ou após essa data que gerem impactos significativos nas atualizações das normas abaixo, de forma que não foram aplicadas em 2025 nas demonstrações financeiras: As alterações para 2025 foram CPC 02 (R2) e CPC 18 (R3), abaixo destacamos apenas as alterações aplicáveis para a Entidade: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A Entidade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Entidade está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Caixa e bancos	54.248	183.862
Aplicações financeiras	20.308.436	20.530.621
	20.362.684	**20.714.483**

Os recursos financeiros apresentados nesta rubrica, trata-se de recursos próprios do Instituto, classificados como "sem restrição", com remuneração principalmente de Fundos de Investimentos por cotas que rendem juros que variam de 98% a 105% do CDI (em 2024 a remuneração ficou em 100% a 104% do CDI). Quanto aos recursos de projetos e contratos de gestão, específicos, são apresentados na rubrica de "recursos vinculados a projetos". Vide nota explicativa nº 5.

5. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios:

	2025	2024
Aplicações financeiras	**167.101.173**	**108.433.833**

Em atendimento ao item 27, (e) da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, apresentamos abaixo os saldos dos contratos de gestão classificados como "com restrição".

Unidades	**2025**	**2024**
Lucy Montoro Mogi Mirim	1.033.675	1.161.172
AME Interlagos	1.507.320	1.115.548
Hospital Regional de Jundiaí	4.731.037	5.586.196
Hospital Geral do Grajaú	11.502.946	2.914.090
AME Jundiaí	1.421.526	2.346.780
Hospital Mun. Infantil M. Jesus	19.882.089	22.204.278
Hospital Regional de Registro	14.185.838	27.250.362
Hospital Regional Rota dos Bandeirantes	71.381.108	16.900.609
Hospital Geral de Vila Penteado	15.972.142	13.919.286
Hospital Geral de Taipas	21.773.940	10.583.689
Total de recursos Públicos	**163.391.621**	**103.982.010**
Amb. Multiassistencial - AMAS	360.682	199.688
Núcleo de Saúde - FLMA	3.099.627	4.082.775
Central de Regulação Obstétrica e Neonatal - CRON	249.243	–
Total de recursos Privado (a)	**3.709.552**	**4.282.463**
Total de recursos vinculados a projetos	**167.101.173**	**108.264.473**

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados com liquidez imediata. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de a 98% a 105% do CDI (em 2024 a remuneração ficou em 100% a 104% do CDI). (a) Trata-se de recursos oriundos da financiadora até contrato de gestão no âmbito privado, para operacionalização da unidade. Não possui contrapartida com o poder público.

6. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios:

	2025	2024
Hospital Municipal Infantil M. Jesus - convênio Federal	1.803.103	1.902.040
Hospital Regional de Jundiaí	5.031	5.031
Hospital Regional de Registro	150.000	450.000
Hospital Regional Rota dos Bandeirantes	–	4.064.422
Hospital Geral do Grajaú	–	7.736.852
	1.958.134	**14.158.345**

continua

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 29 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

★continuação

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2024	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos - Recebidos Investimento	Recursos - Recebidos Custeio	Recursos a Receber 31/12/2025
Lucy Montoro - Mogi Mirim	–	7.874.784	–	–	(7.874.784)	–
AME Interlagos	–	17.955.434	–	–	(17.955.434)	–
Hospital Regional de Jundiaí	5.031	88.637.089	–	–	(88.637.089)	5.031
Hospital Geral do Grajaú	7.736.852	198.722.323	–	(7.736.852)	(198.722.323)	–
AME Jundiaí	–	16.122.696	–	–	(16.122.696)	–
Hospital Regional de Registro	450.000	127.666.561	–	–	(127.966.561)	150.000
Hospital Regional Rota dos Bandeirantes	4.064.422	253.336.168	–	(3.997.247)	(253.403.343)	–
Hospital Geral de Vila Penteado	–	114.214.854	–	–	(114.214.854)	–
Hospital Geral de Taipas	–	148.274.044	–	–	(148.274.044)	–
Hospital Menino Jesus - convênio Federal	1.902.040	33.803.933	–	–	(33.902.870)	1.803.103
Total de recursos públicos	**14.158.345**	**1.006.607.886**	**–**	**(11.734.099)**	**(1.007.073.998)**	**1.958.134**
Amb. MultiAssistiacial (AMAS)	–	3.600.088	–	–	(3.600.088)	–
Núcleo de Saúde - FLMA	–	21.016.934	–	–	(21.016.934)	–
Cron	–	770.772	–	–	(770.772)	–
Total de recursos privados	**–**	**25.387.794**	**–**	**–**	**(25.387.794)**	**–**
Outras contas a receber (a)	–	–	–	–	–	–
Total de recursos próprios	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Total de recursos consolidado	**14.158.345**	**1.031.995.680**	**–**	**(11.734.099)**	**(1.032.461.792)**	**1.958.134**

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2023	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos - Recebidos Investimento	Recursos - Recebidos Custeio	Recursos a Receber 31/12/2024
Lucy Montoro - Mogi Mirim	–	7.594.549	–	–	(7.594.549)	–
AME Interlagos	–	16.431.072	–	–	(16.431.072)	–
Hospital Regional de Jundiaí	5.031	80.337.374	–	–	(80.337.374)	5.031
Hospital Geral do Grajaú	–	185.438.268	2.616.852	–	(180.318.268)	7.736.852
AME Jundiaí	–	16.377.018	–	–	(16.377.018)	–
Hospital Regional de Registro	–	126.140.676	150.000	–	(125.840.676)	450.000
Hospital Regional Rota dos Bandeirantes	–	19.527.888	–	–	(15.463.466)	4.064.422
Hospital Geral de Vila Penteado	–	26.698.712	–	–	(26.698.712)	–
Hospital Geral de Taipas	–	28.191.664	–	–	(28.191.664)	–
Hospital Menino Jesus - convênio Federal	3.175.720	32.227.807	–	–	(33.501.487)	1.902.040
Total de recursos públicos	**3.180.752**	**538.965.028**	**2.766.852**	**–**	**(530.754.286)**	**14.158.345**
Amb. MultiAssistiacial (AMAS)	–	3.272.808	–	–	(3.272.808)	–
Núcleo de Saúde - FLMA	–	18.884.877	–	–	(18.884.877)	–
Total de recursos privados	**–**	**22.157.685**	**–**	**–**	**(15.612.069)**	**–**
Outras contas a receber	–	–	–	–	–	–
Total de recursos próprios	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Total de recursos consolidados	**3.180.752**	**561.122.713**	**2.766.852**	**–**	**(552.911.971)**	**14.158.345**

7. Estoques:

	2025	2024
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	16.899.738	11.092.105
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	8.308.723	4.764.605
	25.208.461	**15.856.710**

8. Créditos diversos:

	2025	2024
Adiantamentos a funcionários (a)	2.645.876	2.728.375
Outros valores a receber (b)	13.662.287	10.029.242
Despesas a apropriar	5.404.708	489.310
	21.712.871	**13.246.927**
Circulante	20.489.827	12.199.940
Não circulante	1.223.044	1.046.987

(a) Refere-se a adiantamento de férias aos colaboradores, tratando de um benefício aos funcionários da unidade, sendo que a realização ocorre no período aquisitivo de férias. (b) Trata-se de valores adiantados a fornecedores para viabilização de importação de máquina e equipamento médicos.

9. Direito de Uso:

	2025	2024
Locação de Equipamentos de informática, Imóvel e Máquinas	**28.814.002**	**17.484.613**
Saldo inicial	**17.484.613**	**8.606.877**
Adição	19.745.929	12.120.080
Amortização	(8.416.540)	(3.242.344)
Saldo final	**28.814.002**	**17.484.613**

10. Imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2025	2024
Imobilizado em andamento	10%	28.726.767	–	28.726.767	20.068.403
Instalações	10%	32.701.331	(6.609.133)	26.092.197	7.058.571
Móveis e utensílios	10%	15.354.490	(5.962.969)	9.391.521	7.266.141
Máquinas e equipamentos médicos	10%	107.215.966	(39.953.942)	67.262.023	39.401.618
Máquinas e equipamentos em geral	10%	4.947.038	(1.824.927)	3.122.112	2.822.750
Veículos	20%	157.300	(90.437)	66.863	92.063
Total		**189.102.892**	**(54.441.409)**	**134.661.483**	**76.709.546**

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo					
Imobilizado em andamento	20.068.403	13.661.384	–	(5.003.020)	28.726.767
Instalações	12.170.987	15.190.518	(97.008)	5.436.835	32.701.331
Móveis e utensílios	12.275.786	3.168.305	(89.601)	(1)	15.354.490
Máquinas e equipamentos médicos (a)	71.101.103	36.254.005	(202.504)	63.362	107.215.966
Máquinas e equipamentos em geral	4.285.694	704.455	(14.568)	(28.543)	4.947.038
Veículos	157.300	–	–	–	157.300
Total custo	**120.059.272**	**68.978.667**	**(403.861)**	**468.633**	**189.102.892**
Depreciação					
Instalações	(5.112.416)	(1.541.682)	44.964	–	(6.609.134)
Móveis e utensílios	(5.009.645)	(1.104.046)	150.722	–	(5.962.969)
Máquinas e equipamentos médicos	(31.699.484)	(7.939.108)	157.326	(472.676)	(39.953.942)
Máquinas e equipamentos em geral	(1.462.944)	(370.396)	4.370	4.043	(1.824.927)
Veículos	(65.237)	(25.200)	–	–	(90.437)
Total depreciação	**(43.349.726)**	**(10.980.431)**	**357.382**	**(468.633)**	**(54.441.409)**
Saldo líquido	**76.709.546**	**57.998.236**	**(46.299)**	**–**	**134.661.483**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Imobilizado em andamento	–	19.832.290	–	236.113	20.068.403
Instalações	9.378.884	3.077.464	–	(285.361)	12.170.987
Móveis e utensílios	8.014.136	3.910.335	(362.782)	714.096	12.275.786
Máquinas e equipamentos médicos (a)	54.013.169	21.151.493	(2.075.319)	(1.988.240)	71.101.103
Máquinas e equipamentos em geral	3.029.510	1.412.807	(654.482)	497.858	4.285.694
Veículos	136.228	21.072	–	–	157.300
Total custo	**74.571.927**	**49.405.461**	**(3.092.583)**	**(825.534)**	**120.059.272**
Depreciação					
Instalações	(4.624.709)	(641.300)	(14.866)	168.459	(5.112.416)
Móveis e utensílios	(4.535.617)	(790.432)	139.445	176.960	(5.009.645)
Máquinas e equipamentos médicos	(27.571.175)	(4.481.692)	866.566	(513.184)	(31.699.484)
Máquinas e equipamentos em geral	(1.702.909)	(855.100)	101.766	993.299	(1.462.944)
Veículos	(41.793)	(23.444)	–	–	(65.237)
Total depreciação	**(38.476.203)**	**(6.791.968)**	**1.092.911**	**825.534**	**(43.349.726)**
Saldo líquido	**36.095.724**	**42.613.494**	**(1.999.672)**	**–**	**76.709.546**

A depreciação mensal está ocorrendo conforme percentuais descritos em nota explicativa nº 3 (d). Parte dos bens do ativo imobilizado foram adquiridos com recursos não vinculados aos contratos de gestão e, consequentemente não possuem o passivo de subvenção de bens a apropriar em atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental (vide nota 18). Os montantes do imobilizado com restrição e sem restrição são apresentados a seguir:

	2025	2024
Imobilizado com restrição	98.973.781	67.187.775
Imobilizado sem restrição (a)	35.687.699	9.521.771
Total imobilizado	**134.661.480**	**76.709.546**

(a) Este valor refere-se a aquisição de ativo imobilizado através de recursos de verbas de custeio, as quais ocorrem conforme necessidade específica da unidade em alinhamento com a Administração. Todo o imobilizado adquirido com verba de custeio são utilizados para a operacionalização das unidades.

11. Fornecedores:

	2025	2024
Fornecedores nacionais	**67.999.307**	**54.329.438**

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

12. Arrendamento a pagar:

	2025	2024
Arrendamento a pagar	**29.698.876**	**18.137.458**
Saldo inicial	**18.137.458**	**8.966.473**
Novos contratos	19.745.929	12.149.682
Amortização do principal	(8.000.425)	(2.969.078)
Amortização dos juros	(1.327.925)	(439.925)
Juros incorridos	1.143.839	430.306
Movimentações do exercício	**11.561.418**	**9.170.985**
Saldo final	**29.698.876**	**18.137.458**
Circulante	8.485.435	4.016.181
Não circulante	21.213.441	14.121.277

	2025	2024
Compromissos futuros		
2025	–	4.016.181
2026	8.485.435	4.016.181
2027	8.485.435	4.016.181
2028	8.485.435	4.016.181
2029	4.242.571	2.072.734
	29.698.876	**18.137.458**

13. Obrigações trabalhistas:

	2025	2024
Provisão para férias e encargos sobre férias	34.251.240	22.696.040
Salários e ordenados a pagar	2.719.968	1.327.066
Contribuições e encargos sociais	11.135.512	7.846.613
	48.106.720	**31.869.719**

14. Obrigações tributárias de terceiros:

	2025	2024
PIS/COFINS/CSLL	4.694.265	2.160.424
INSS pessoa jurídica	2.023.681	1.605.494
IRRF	1.375.361	758.091
ISS	338.195	561.322
	8.431.502	**5.085.331**

15. Provisão para demandas judiciais:

	2025	2024
Provisão para demandas judiciais	**7.595.430**	**5.427.346**

O Instituto é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	2025				
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	4.380.121	6.364.612	(1.692.947)	(2.119.834)	6.931.952
Cíveis	1.047.225	475.442	(731.937)	(127.252)	663.478
	5.427.346	**6.840.054**	**(2.424.884)**	**(2.247.086)**	**7.595.430**

	2024				
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	3.014.563	3.180.371	(1.281.338)	(533.475)	4.380.121
Cíveis	406.082	925.135	(150.906)	(133.086)	1.047.225
	3.420.645	**4.105.506**	**(1.432.244)**	**(666.561)**	**5.427.346**

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes relacionados a esses processos em 31 de dezembro de 2025 totalizam R$ 12.991.053 (R$ 9.563.054 em 2024).

16. Outras contas a pagar:

	2025	2024
Outras contas a pagar (a)	17.512.129	3.111.163
Unidade Estratégia Saúde da Família (b)	4.216.881	2.183.000
	21.729.010	**5.294.163**

(a) Refere-se a prestação de serviços de manutenção e conservação predial conforme avanço físico e financeiro, comparando o realizado com o planejado dos contratos de Obras e Projetos de Tecnologia da Informação. (b) Refere-se a repasse público efetuado pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo para o IRSSL, através de contrato de gestão, com o objetivo de promover a gestão das unidades básicas de saúde do núcleo Estratégia Saúde da Família do Município de São Paulo, aplicadas na gestão do Hospital Menino Jesus. Em que pese, ainda estão em andamento as tratativas para formalização de declaração expressa de autorização expedida pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, as ações para resolução desse tema estão caminhando em conjunto com as partes.

17. Outras contas a pagar - partes relacionadas:

	2025	2024
Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-Libanês (a)	11.282.603	13.411.090
	11.282.603	**13.411.090**

a. As transações entre partes relacionadas referem-se as transferências de recursos entre as filiais para suprir necessidades de caixa, a transação 'a' possui cláusula de juros e atualização monetárias. Durante os anos de 2016 e 2017, a Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-Libanês (mantenedora do Instituto), realizou aportes emergenciais para suporte financeiro das unidades Hospital Geral do Grajaú, Hospital Regional de Jundiaí e para cobertura de despesas administrativas da Matriz do Instituto, totalizando R$ 21.015.605. Entre 2018 e 2019, o Instituto realizou a devolução parcial dos recursos, sendo R$ 1.600.000 do Hospital Geral do Grajaú e R$ 657.186 do Hospital Regional de Jundiaí, totalizando o montante de R$ 2.257.186. Após diversas tratativas com a Secretaria Estadual da Saúde, não houve autorização para que a devolução dos valores continuasse a ocorrer, assim em 27 de dezembro de 2019 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, como gestor das unidades, contraiu para o seu passivo as obrigações mediante instrumento particular de cessão e assunção de dívida firmado entre as partes. Em 15 de abril de 2021 as partes reconhecerem a dívida através do Instrumento Particular de Confissão, Remissão e Renegociação de Dívida que culminou num perdão de passivo a favor do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em R$ 3.953.598, restando saldo de dívida no valor de R$ 14.804.821. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2025 no valor de R$ 11.282.603 e o pagamento ocorrerá em 96 parcelas, com reconhecimento de atualização monetária, juros e encargos.

18. Subvenções de investimentos a realizar:

	2025	2024
Subvenção de investimentos a realizar	**50.546.163**	**35.098.367**

	2025				
	Saldo em 31/12/2024	Recebimento de recursos	Consumo		Saldo em 31/12/2025
Subvenção de investimentos a realizar (a)	**35.098.367**	**59.594.478**	**(44.146.682)**		**50.546.163**

Há expectativa de utilização no decorrer de 2026, sendo que, com início da operação do Hospital Regional Rota dos Bandeirantes está baixando o saldo gradualmente.

	2024			
	Saldo em 31/12/2023	Recebimento de recursos	Consumo	Saldo em 31/12/2024
Subvenção de investimentos a realizar	**4.446.277**	**48.123.694**	**(17.471.604)**	**35.098.367**

As subvenções acima discriminadas referem-se aos repasses financeiros estipulados em contratos de gestão oriundos da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e Secretaria de Saúde do Municipal de São Paulo, classificados como investimentos para aquisições de equipamentos para as unidades.

19. Subvenção de bens a apropriar - imobilizado:

	2025	2024
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	**98.918.937**	**52.201.055**

	2025				
	Saldo em 31/12/2024	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação Amortização	Saldo em 31/12/2025
Lucy Montoro	120.221	3.086	–	(20.125)	103.182
AME Interlagos	770.554	1.699	(5.925)	(168.504)	597.824
AME Jundiaí	1.133.586	921.893	(65.330)	(237.713)	1.752.436
Hospital Regional Jundiaí	2.859.025	–	–	(449.340)	2.409.685
Hospital Geral do Grajaú	8.147.615	4.144.799	–	(1.470.764)	10.821.650
Hospital Regional de Registro	10.280.542	–	–	(1.898.217)	8.382.325
Hospital Geral Vila Penteado	2.081.789	1.442.649	–	(297.020)	3.227.418
Hospital Geral Taipas	3.775.438	820.843	–	(532.315)	4.063.966
Hospital Rota Bandeirantes	11.199.217	40.646.511	–	(2.955.360)	48.890.368
Hospital Menino Jesus	8.148.861	8.165.408	–	(1.240.672)	15.073.597
Total Recurso Públicos	**48.516.848**	**56.146.888**	**(71.255)**	**(9.270.030)**	**95.322.451**
Núcleo de Saúde - FLMA	3.006.089	445.926	(36.998)	(429.006)	2.986.011
Ambulatório MultiAssistencial	678.118	4.746	1.316	(73.705)	610.475
Total Recurso Privados	**3.684.207**	**450.672**	**(35.682)**	**(502.711)**	**3.596.486**
Total Recurso Públicos + Privados	**52.201.055**	**56.597.560**	**(106.937)**	**(9.772.741)**	**98.918.937**

continua★

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 29 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

★continuação

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

					2024	
	Saldo em 31/12/2023	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Lucy Montoro	105.178	112.932	(55.032)	(42.857)	–	120.221
AME Interlagos	897.678	42.668	–	(169.792)	–	770.554
AME Jundiaí	1.164.524	2.262.040	(6.838)	(752.077)	–	2.859.025
Hospital Regional Jundiaí	1.355.900	1.734.062	–	(926.287)	–	8.147.615
Hospital Geral do Grajaú	7.339.840	189.440	(32.198)	(188.180)	–	1.133.586
Hospital Reg. de Registro	8.725.414	3.559.452	–	(2.004.324)	–	10.280.542
Hospital Rota Bandeirantes	–	11.199.217	–	–	–	11.199.217
Hospital Geral Vila Penteado	–	–	–	–	2.081.789	2.081.789
Hospital Geral Taipas	–	–	–	(119.465)	3.894.903	3.775.438
Hospital Menino Jesus	5.412.770	4.994.443	(1.309.741)	(948.611)	–	8.148.861
Total Recurso Públicos	**25.001.304**	**24.094.254**	**(1.403.809)**	**(5.151.593)**	**5.976.692**	**48.516.848**
Núcleo de Saúde - FLMA	2.853.374	597.045	–	(444.330)	–	3.006.089
Ambulatório MultiAssistencial	739.420	5.400	–	(66.702)	–	678.118
Total Recurso Privados	**3.592.794**	**602.445**	**–**	**(511.032)**	**–**	**3.684.207**
Total Recurso Públicos + Privados	**28.594.098**	**24.696.699**	**(1.403.809)**	**(5.662.625)**	**5.976.692**	**52.201.055**

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o CPC 07 (R1). Vide notas explicativas nº 10 e 18.

20. Patrimônio Líquido: Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da administração:** O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Foi apurado em 2025 o custo dos conselheiros com trabalho voluntário de R$ 136.135 e em 2024 R$ 129.473.

21. Recursos dos contratos de gestão - convênio Estadual:

	2025	2024
Contrato de Gestão Lucy Montoro Mogi Mirim	7.874.784	7.594.549
Contrato de Gestão Ambulatório de Especialidades Interlagos	17.955.434	16.431.072
Contrato de Gestão Hospital Regional de Jundiaí	88.637.089	78.837.374
Contrato de Gestão Hospital Geral do Grajaú	198.722.323	180.318.268
Contrato de Gestão Ambulatório de Especialidades Jundiaí	16.122.696	16.377.018
Contrato de Gestão Hospital Regional de Registro	127.666.562	125.627.253
Contrato de Gestão Hospital Rota dos Bandeirantes	197.248.789	18.797.888
Contrato de Gestão Hospital Geral de Vila Penteado	114.114.854	24.521.911
Contrato de Gestão Hospital Geral de Taipas	148.074.044	28.191.664
Receitas com Subvenção de Imobilizado	7.594.983	2.703.507
	924.011.559	**499.400.504**

As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 6.

22. Recursos dos contratos de gestão - convênio Municipal:

	2025	2024
Contrato de Gestão Hospital Infantil Menino Jesus	100.892.040	86.159.860
Aquisição de Imobilizado com verba de Custeio	(643.343)	(256.152)
	100.248.697	**85.903.708**

As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o CPC 07 (R1).

23. Recursos com convênio Federal

	2025	2024
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus - convênio Federal(a)	33.803.933	32.227.807
Receita Parceria Federal - Custeio/Investimento (b)	–	12.230.395
Receita de Parceria Federal - PRONAS	590.248	35.119
	34.394.181	**44.493.321**

(a) Nessa rubrica são registradas as entradas de recursos referentes exclusivamente ao reembolso das despesas incorridas pelo Instituto com os atendimentos e procedimentos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS), apurado pelo seu custo, ou seja, reembolso de gastos nos mesmos montantes das despesas incorridas por conta e ordem do Proadi-SUS. Valores recebidos da Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-Libanês para o Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Unidade") no âmbito de convênio firmado para a execução de atendimentos e procedimentos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS ("PROADI-SUS"). (b) Para 2025 as Unidades administradas pelo Instituto não foram contempladas com verba Federal.

24. Recursos dos contratos de gestão - Parceiro privado

	2025	2024
Repasse - Ambulatório MutiAssistencial (a)	3.600.088	3.272.808
Repasse - Núcleo de Saúde - FLMA (b)	21.463.950	19.252.884
Repasse - Centro de Regulação Obstétrica e Neonatal (c)	770.772	–
Receitas com Subvenção de Imobilizado	44.641	60.596
	25.879.451	**22.586.288**

a. Refere-se ao repasse do UMANE ao Ambulatório MultiAssistencial para gestão e operacionalização da unidade. b. Trata-se do repasse do Fundação Lia Maria de Aguiar ao Núcleo de Saúde - FLMA para gestão e operacionalização da unidade. c. Diz respeito ao repasse da UMANE à Unidade Centro de Regulação Obstétrica e Neonatal para gestão e operacionalização da unidade.

25. Receita com doações:

	2025	2024
Lucy Montoro Mogi Mirim	128.848	184.112
Ambulatório de Especialidades Interlagos	765.360	183.202
Hospital Regional de Jundiaí	1.086.985	1.043.789
Hospital Geral do Grajaú	299.908	232.186
Ambulatório de Especialidades Jundiai	310.288	864.814
Hospital Infantil Menino Jesus	1.178.047	2.362.218
Hospital Regional de Registro	193.167	132.079
Hospital Regional Rota dos Bandeirantes	17.402	10.870
Hospital Geral V. Penteado	62.573	–
Total de recursos públicos	**4.042.578**	**5.013.270**
Núcleo de Saúde - FLMA	–	1.410
Total de recursos Privados	**–**	**1.410**
Total de recursos Próprios - IRSSL	**132.794**	**702.887**
Total de receitas com doações	**4.175.374**	**5.717.567**

Este montante refere-se a doações de materiais médicos, medicamentos e contas de consumo, em algumas unidades existem ainda isenções de pagamento de água e luz, para as quais entende-se que a natureza é de doação, pois não existe contrapartida.

26 Outras receitas:

	2025	2024
Parcerias com instituições privadas (a)	538.551	546.776
Receita sem restrição - Projeto Lia Maria Aguiar (b)	3.752.732	3.586.292
Receita de Prestação de Serviço (c)	206.911	241.499
Receita sem restrição - AMAS (d)	664.936	636.114
Receita sem restrição - CRON (e)	119.632	–
Receitas de residências médicas (f)	3.845.777	1.187.305
Total de Receitas Próprias (g)	**9.128.539**	**6.197.986**
Receitas de locações de espaços (h)	361.353	248.820
Receita Diferida (i)	1.748.736	1.567.086
Receitas diversas e reembolso de despesas (j)	1.587.748	7.436.063
Receita com Reciclagem (k)	4.425	3.457
Receita Diversas (l)	802.366	153.879
Repasse mantenedora - Hospital Sírio-Libanês (m)	7.168.170	6.834.640
	11.672.798	**16.243.945**
Outras receitas	**20.801.337**	**22.441.931**

a. Parcerias com instituições privadas, no Hospital Menino Jesus com o programa Smile Train que possibilita que a cirurgia reparadora de fissura Labiopalatina e o tratamento multidisciplinar sejam oferecidos gratuitamente para crianças. b. Refere-se a taxa administrativa por apoio a gestão operacional do IRSSL ao Núcleo de Saúde da Fundação Lia Maria de Aguiar. c. Entende-se como prestação de serviço de saúde de hemodiálise a não munícipes de Campos do Jordão/SP e no Ambulatório de Cuidados de Saúde. d. Trata-se de taxa administrativa por apoio a gestão operacional do IRSSL ao UMANE na unidade Ambulatório MultiAssistencial (AMAS). e. Trata-se de taxa administrativa por apoio a gestão operacional do IRSSL ao UMANE na unidade Central de Regulação Obstétrica e Neonatal (CRON). f. Reporta-se a parcerias com instituição de ensino na área da saúde com aplicabilidade nas unidades que gerimos. g. Em atendimento ao disposto na alínea "a" do inciso VIII do artigo 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, abaixo descrevemos a base da receita própria que servirá de base para aplicar em gratuidade na área da saúde conforme previsto na atual Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a qual revogou a Lei 12.101/2009. h. Versa sobre seção de espaço a parceiros interessados em comercialização de alimentos e congêneres oferecidos a pacientes e público em geral. i. Qualificado como Ressarcimento de Despesas e Repasse sem Restrição Matriz (atividades relacionadas à prestação de serviços de folha de pagamento ao Banco Itaú) que não são vinculadas a atividade operacional. j. Refere-se a apontamentos de contabilização com foco boas práticas aplicadas à padronização de critérios e métricas. k. Receita de sucata, papelão e plástico produzido na Unidade e revendido a comerciantes da região. l. Programa de Cashback revertido aos profissionais do IRSSL com ações de qualidade de medicina do trabalho m. Descrito como a contribuição mensal e periódica da mantenedora Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês à manutenção e às atividades sociais do I.R.S. Sírio-Libanês conforme previsão estatutária.

	2025	2024
Total de Receitas Próprias	9.128.539	6.197.986
(20%) Conforme Lei Complementar 187/2021	**1.825.708**	**1.239.597**

Vide nota explicativa nº 26 quanto aos gastos incorridos com gratuidade que comprovam que o Instituto reverteu em gratuidade montantes superiores a 20%, conforme previsão legal.

27. Receitas e despesas com gratuidades:

	2025	2024
Receitas com gratuidades recebidas	**1.674.836**	**1.346.530**
Despesas com gratuidades concedidas	**(1.674.836)**	**(1.346.530)**

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês celebrou com a Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Termo de Parceria nº 002/2014, T.A. nº 004/2018, Processo Administrativo nº 2014-0.198.343-6, para oferta em sede própria de 250 exames de USG Morfológica/mês para pacientes do SUS segundo diretrizes e agendamento da Secretaria Municipal de Saúde. Em atendimento ao disposto na alínea "b" do inciso VIII do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017 e alíneas "l" e "m" do item 27 da ITG 2002 (R1), segue abaixo demonstrativos das despesas incorridas para realização da gratuidade na área da saúde.

31 de dezembro de 2025

Procedimentos realizados	(*) Quantidade de exames realizados	(*) Custo médio dos procedimento	Total das despesas com gratuidade em 31/12/2025	(20%) da receita, conforme Lei Complementar 187/2021 (a)	Total aplicado acima dos (20%)
Ultrassom Morfológico	963	174	167.406	182.486	(15.080)
Exame de Holter	2346	227	533.260	581.297	(48.037)
Teste Ergométrico	1008	189	190.790	207.977	(17.187)
Ecocardiograma	2084	119	247.378	269.662	(22.284)
MAPA	1206	304	366.490	399.504	(33.014)
Ultrassom obstétrico	590	132	77.604	84.595	(6.991)
Ultrassom Abdomem	131	261	34.228	37.311	(3.083)
Ultrassom Tireóide	34	261	8.884	9.684	(800)
Ultrassonografia com Doppler Partes Moles	24	291	6.991	7.621	(630)
Ultrassonografia Partes Moles	24	261	6.271	6.836	(565)
Ultrassonografia Pelve	131	261	34.228	37.311	(3.083)
Ultrassonografia Mamas	5	261	1306	1.424	(118)
	8.546	**–**	**1.674.836**	**1.825.708**	**150.872**
Investimento (imobilizado) (b)	–	–	163.298	–	163.298
	8.546	**–**	**1.838.134**	**1.825.708**	**12.426**

31 de dezembro de 2024

Procedimentos realizados	(*) Quantidade de exames realizados	(*) Custo médio dos procedimento	Total das despesas com gratuidade em 31/12/2025	(20%) da receita, conforme Lei Complementar 187/2021 (a)	Total aplicado acima dos (20%)
Ultrassom Morfológico	1063	186,28	198.018	182.293	15.725
Exame de Holter	1393	250,13	348.425	320.755	27.669
Teste Ergométrico	967	204,60	197.849	182.137	15.712
Ecocardiograma	1196	133,46	159.617	146.941	12.676
MAPA	1083	307,48	333.004	306.559	26.445
Ultrassom obstétrico	504	140,13	70.627	65.018	5.609
Ultrassom Abdômen	60	262,61	15.757	14.506	1.251
Ultrassom Tireóide	24	261,28	6.271	5.773	498
Ultrassonografia com Doppler Partes Moles	6	291,28	1.748	1.609	139
Ultrassonografia Partes Moles	12	261,28	3.135	2.886	249
Ultrassonografia Pelve	44	261,28	11.496	10.583	913
Ultrassonografia Mamas	4	145,64	583	537	46
	6.356	**–**	**1.346.530**	**1.239.597**	**106.932**
Investimento (imobilizado) (b)	–	–	22.265	–	22.265
	6.356	**–**	**1.368.795**	**1.239.597**	**129.197**

(*) dados não auditados; **(a)** Vide nota explicativa nº 26, alínea "b" que apresenta a receita própria aplicável conforme Lei Complementar 187/2021. **(b)** Trata-se de investimentos efetuados na aquisição de itens imobilizáveis para aplicação no anexo da Filantropia do Instituto.

28. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:

	2025	2024
Pessoal e encargos	(424.205.685)	(271.132.414)
Medicamentos e materiais	(101.795.337)	(62.737.090)
Materiais de consumo	(52.710.816)	(32.841.182)
Lavandeira e rouparia	(11.464.325)	(7.629.205)
Higiene e limpeza	(35.178.290)	(19.392.642)
Nutrição	(37.560.048)	(18.055.024)
Serviços médicos	(305.680.893)	(166.656.314)
	(968.595.394)	**(578.443.871**

29. Utilidade pública:

	2025	2024
Energia elétrica	(14.849.334)	(9.123.983)
Água	(12.719.827)	(5.817.554)
Telecomunicações	(1.974.524)	(1.383.982)
Gás natural	(877.605)	(811.207)
Combustíveis e lubrificantes	(287.970)	(280.129)
	(30.709.260)	**(17.416.855)**

30. Serviços profissionais:

	2025	2024
Consultoria e assessoria	(1.273.832)	(925.196)
Manutenção e conservação	(37.381.784)	(16.392.289)
Suporte em infraestrutura de TI	(17.654.733)	(12.187.475)
Serviços diversos - pessoas jurídicas	(7.543.142)	(5.758.075)
Honorários advocatícios	(996.377)	(772.149)
Outras despesas	(461.602)	(379.840)
	(65.311.470)	**(36.415.024)**

31. Outras despesas operacionais, líquidas:

	2025	2024
Locação de equipamentos (a)	(13.970.375)	(9.784.155)
Impostos e taxas municipais	(2.791.299)	(1.183.766)
Arquivos e guardas de documentos	(711.630)	(606.660)
Despesas legais/fiscais/parafiscais	(690.333)	(668.503)
Uniformes/E.P.I	(1.761.243)	(1.008.124)
Segurança e vigilância	(9.628.048)	(4.317.420)
Inventários nos estoques	1.174.647	(1.304.255)
Ornamentação e paisagismo	(524.311)	(233.357)
Outras Despesas	(1.459.102)	(1.892.193)
Outras despesas operacionais	**(30.361.694)**	**(20.998.433)**

(a) Refere-se a locação de equipamentos em geral, não relacionados a operação assistencial, apenas administrativa.

32. Outras despesas: Em 2025, levando em consideração o excesso de caixa e tratativas entre os financiadores da Fundação Lia Maria de Aguiar, o IRSSL efetuou devolução de R$ 775.805, respectivamente, nos contratos de parceria entre as partes há previsão para essas operações. Demais valores que compõe o saldo trata-se de despesas não vinculadas a operação.

33. Resultado financeiro:

Despesas financeiras	2025	2024
Multas	(2.353)	–
Juros incorridos	(1.143.839)	(430.306)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	–	(1.060)
Imposto sobre operações financeiras	(109)	(329)
Variações monetárias passivas	(2.991.617)	(1.066.302)
Outras despesas financeiras	(415.718)	(161.480)
	(4.553.636)	**(1.659.477)**
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	26.769.762	12.162.591
Descontos obtidos	655.722	350.898
	27.425.484	**12.513.489**
Resultado Financeiro	**22.871.848**	**10.854.012**

34. Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Instituto não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". **(i) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Instituto. ***Exposição ao risco de liquidez:*** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data de demonstração financeira.

31/12/2025

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratuais Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	67.999.307	67.999.307	67.999.307	–	–	–
Outras Contas a Pagar	17.512.129	17.512.129	17.512.129	–	–	–
Total	**85.511.436**	**85.511.436**	**85.511.436**	**–**	**–**	**–**

continua★

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 29 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2024		Fluxo de caixa contratuais			
Passivos financeiros não derivativos	**Valor Contábil**	**Total**	**6 meses ou Menos**	**06 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	54.275.479	54.275.479	54.275.479	–	–	–
Outras Contas a Pagar	3.111.164	3.111.164	3.111.164	–	–	–
Total	**57.386.643**	**57.386.643**	**57.386.643**	–	–	–

(ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco do Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. ***Exposição a riscos de crédito:*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.362.684	20.714.483
Recursos financeiros vinculados a projetos	5	167.101.173	108.264.473
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	1.958.134	14.158.345
Créditos diversos	8	21.712.871	13.246.927
		211.134.862	**156.384.228**

Instrumentos financeiros "Não derivativos": Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

	2025	2024	Classificação
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa - fundo fixo	54.248	183.862	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras de liquidez imediata	20.308.436	20.530.621	Valor justo por meio do resultado
Recursos financeiros vinculados a projetos - aplicações financeiras	167.101.173	108.264.473	Valor justo por meio do resultado
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	1.958.134	14.158.345	Custo amortizado
Créditos diversos	21.712.871	13.246.927	Custo amortizado
Passivos			
Fornecedores	67.999.307	54.329.438	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar	17.512.129	3.111.163	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar - partes relacionadas	15.499.484	15.594.090	Outros passivos financeiros

35. Impostos e contribuições: Reforma Tributária: A Reforma Tributária, aprovada pela Emenda Constitucional nº 132, altera os tributos sobre o consumo, criando impostos que substituirão PIS, COFINS, ICMS e ISS. As entidades filantrópicas continuam com a imunidade tributária prevista na Constituição, desde que cumpram os requisitos legais. A administração tem estudados os impactos da Reforma ao negócio do Instituto e farão as adaptações necessárias para minimizar os efeitos tributários e financeiros. **Imposto de renda e contribuição social:** Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal. **PIS e COFINS:** Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a receita (ISSQN):** O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob nº 2025-000632/CR06 para o exercício de 2025. **Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2025 e de 2024. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos). O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do artigo 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora exista orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/CODELEGIS /COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses da mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse. Vide nota explicativa nº 26 Outras receitas.

	2025	2024
Receita dos contratos de gestão - Estadual	916.415.576	498.291.100
Receita dos contratos de gestão - Municipal	100.892.040	87.073.708
Receita dos contratos de gestão - Federal	34.394.181	44.493.321
Receita dos contratos de gestão - Privado	25.834.810	22.525.692
Receita dos contratos de gestão	**1.077.536.607**	**652.383.821**
ISS 2%	21.550.732	13.047.676
PIS 0,65%	7.003.988	4.240.495
COFINS 3%	32.326.098	19.571.515
ISS/PIS/COFINS (estimativa)	**60.880.818**	**36.859.686**
Déficit (superávit) do exercício	7.074.071	19.364.409
IRPJ e CSLL 34% (estimativa)	**2.405.184**	**6.586.761**
Receita com doações	**4.175.374**	**5.717.567**
ITCMD (4%) (estimativa)	**167.015**	**228.703**
Total das estimativas e principais renúncias (20%) Conforme Lei Complementar 187/2021	**63.453.017**	**43.675.150**
Receitas próprias	**9.128.539**	**6.197.986**
Receita dos contratos de gestão	9.128.539	6.197.986
ISS 2%	182.571	123.960
PIS 0,65%	59.336	40.286
COFINS 3%	273.856	185.940
	515.762	**350.186**
Déficit (superávit) do exercício	5.280.683	4.577.031
IRPJ e CSLL 34%	**1.795.432**	**1.556.191**
Total das estimativas e principais renúncias	**2.311.194**	**1.906.377**

36. Isenção de INSS cota patronal: Em 29 de dezembro de 2025, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 247, deferimento de Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, com sede em São Paulo (SP). Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP), em razão da comprovação pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, em conformidade com o artigo 12 da Lei Complementar nº 187/2021 e seus regulamentos, nos termos do Parecer Técnico nº 629/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.137613/2024-16. Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2024 a 20 de setembro de 2027. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do artigo 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2025 e 2024 e as respectivas alíquotas, ressaltando que trata de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

	2025	2024
Pessoal e encargos	424.205.685	271.132.414
Total da estimativa de isenção (Consolidado) INSS cota patronal (27,16%)	**115.214.264**	**73.639.564**
	2025	**2024**
Pessoal e encargos	25.993.087	24.670.370
Total da estimativa de isenção (Somente Matriz) INSS cota patronal (27,16%)	**7.059.723**	**6.700.473**

Shirley Chohfi Cury Zarzur	Carolina Lastra	Cláudio Augusto Generoso	Rildo Ancigan de Siqueira
Presidente do conselho de administração do Instituto	Diretora Executiva	Gerente Financeiro e Contábil	Contador - CRC 1PE020957/O-0 'T' SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e diretores do **Instituto de Responsabilidade Social Sírio -Libanês -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros - ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-034519/O
Fabio Henrique Rontani Fonseca
Contador CRC-292795/O

EY Shape the future with confidence